

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
3471880620220502210226

## Processo 0817255-57.2021.8.23.0010 ☆ - (306 dia(s) em tramitação)

**Classe Processual:** 7 - Procedimento Ordinário

**Assunto Principal:** 9597 - Seguro

**Nível de Sigilo:** Público

**Selos:**

**Simplificar:** <https://simplificar.tjrr.jus.br/fluxos-da-area-judicial>

### Pendências

**Intimações aguardando cumprimento:** Ver Intimação      Evento de 26/04/2022 - Prazo: 02/05/2022 à 06/05/2022 (5 dias): EXPEDIÇÃO  
Cumprir Prazo      DE JUÍZO 100% DIGITAL

#### Informações Gerais

Vínculos (0)

#### Informações Adicionais

#### Partes

#### Movimentações

#### Apensamentos (0)

#### Realces

**Realçar  
Movimentos  
de:**

☐

Magistrado

☐

Servidor

☐

Advogado

☐

Membro  
MP

☐

Defensor

☐

Procurador

☐

Outros

☐

Audiência

**Ocultar  
Movimentos:**

☐

Inválidos

☐

Sem  
Arquivo

☐

Hab.  
Provisória

#### Filtros

**Movimentado Por:**

☐

Advogado

☐

Advogado NPJ

☐

Entidades Remessa

☐

Magistrado

☐

Procurador

☐

Servidor

**Sequencial(Intervalo):**

ao

**Data do Movimento(Período):**

à

**Descrição:**

82 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 82

500 por pág. ▼

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<input type="checkbox"/>	82	02/05/2022 21:02:26	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (07/04/2022)
			JOÃO ALVES BARBOSA FILHO <b>Procurador</b>
	82.1	Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO 2820118IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL02.pdf Público
			<b>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</b> (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 29/04/2022 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 78) EXPEDIÇÃO DE JUÍZO 100% DIGITAL (26/04/2022) e ao evento de expedição seq. 79.
81	29/04/2022 12:58:55		JOÃO ALVES BARBOSA FILHO <b>Procurador</b>
			<b>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</b> Para advogados/curador/defensor de CARLOS DA SILVA SOUZA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 78) EXPEDIÇÃO DE JUÍZO 100% DIGITAL (26/04/2022)
80	26/04/2022 09:33:46		JUCINELMA SIMOES CARVALHO <b>Analista Judiciário</b>
			<b>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</b> Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 78) EXPEDIÇÃO DE JUÍZO 100% DIGITAL (26/04/2022)
79	26/04/2022 09:33:46		JUCINELMA SIMOES CARVALHO <b>Analista Judiciário</b>
			<b>EXPEDIÇÃO DE JUÍZO 100% DIGITAL</b> Referente ao evento (seq. 77) JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO(19/04/2022 00:04:14). Identificador do Cumprimento: 0004
<input type="checkbox"/>	78	26/04/2022 09:33:35	JUCINELMA SIMOES CARVALHO <b>Analista Judiciário</b>



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

**Processo: 08172555720218230010**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CARLOS DA SILVA SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, cumpre observar que o laudo pericial encontra-se parcialmente ilegível. Deste modo, vem requerer a intimação do perito para apresentar aos autos LAUDO PERICIAL LEGÍVEL.

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais).

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

**DO LMI DE R\$ 13.500,00**

**PLENA VIGENCIA DA LEI 11.482/07**

Cumprе salientar que na data de **31 de Maio de 2007**, entrou em vigor a **Lei 11.482,07**, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92.

Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT. Vejamos:

*Art. 8º Os arts. 3º, 4º 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:*

*"art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vítima:*

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e*

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

*(...)."*

Deste modo, vem à parte Ré ressaltar que não há que se falar em recebimento de indenização em valor superior ao limite máximo indenizável de R\$ 13.500,00, conforme estabelecido na Lei 11.945/2009, ou seja, nos casos de invalidez permanente a vítima receberá o montante de ATÉ R\$ 13.500,00, não existindo a possibilidade de receber além deste valor, o que levaria a parte autora a beneficiar-se economicamente as expensas da ré e sob o manto do Poder Judiciário, não podendo receber além do limite máximo indenizável.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 2 de maio de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**DIEGO PAULI**  
**858 - OAB/RR**